

# Com a barragem, desabrigo

O fechamento das comportas da barragem de Itaparica poderá ser o começo do fim de um povo indígena do Nordeste: os Tuxá. Mas eles — um grupo composto por 600 índios — não serão os únicos atingidos. Aproximadamente 120 mil pessoas ficarão desabrigadas quando quatro municípios baianos — Rodelas, Nova Glória, Chorrochó e Abaré — e quatro pernambucanos — Belém de São Francisco, Petrolândia, Floresta e Itacuruba — forem total ou parcialmente alagados.

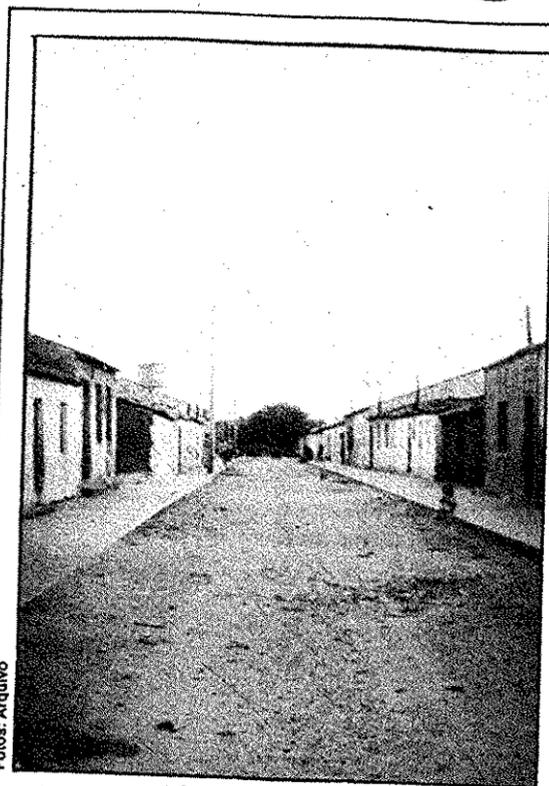
A barragem de Itaparica está sendo construída pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), a 405 km de Juazeiro e a apenas 30 km de Paulo Afonso, na região do submédio São Francisco. Iniciada em 1975, a obra terá a extensão de 4.700 metros. A represa a se formar atingirá uma superfície de 884 quilômetros quadrados. Os municípios de Rodelas, Itacuruba e Petrolândia serão totalmente alagados. Depois de Paulo Afonso IV, Itaparica será a maior hidrelétrica do Nordeste e se integrará a todo o sistema da Chesf, que é interligado ao sistema da Eletronorte. Com dez turbinas, de 250 quilowatts cada, Itaparica deverá entrar em operação em 1987.

## OS TUXÁ

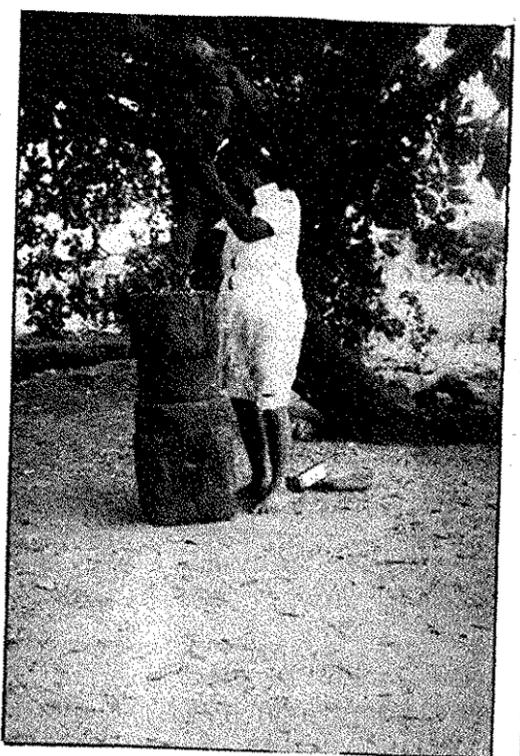
Os atuais Tuxá se identificam como "tribo Tuxá, nação Procá, caboclos de arco e flecha e maracá". Ao que tudo indica, constituem uma das últimas das diversas etnias reunidas a partir do século XVIII nas missões que se estabeleceram ao longo do curso do baixo e médio São Francisco. Vivem em Rodelas, em 65 casas, numa extensão da rua principal da cidade.

Os Tuxá tiram seu sustento da Ilha da Viúva, no rio São Francisco, única que escapou do processo de usurpação que ocorreu sobre as 30 ilhas que possuíam originalmente, conforme documentação histórica e depoimento dos mais velhos. Esta ilha, de seis quilômetros de extensão, também ficará submersa quando as comportas da barragem forem fechadas. Nela há 108 hectares plantados de cebola e de fruteiras. Isso não é suficiente para garantir a subsistência de todo o grupo. Por essa razão, muitos são obrigados a procurar outros ganhos fora da área indígena: mudam-se para grandes cidades ou passam a trabalhar em sistema de arrendamento e "à meia".

As migrações forçadas e o fato de viverem na cidade num processo avançado de aculturação, não implicaram a perda de certas práticas rituais, que, para os mais velhos, são tradicionais e fontes de força. Eles ainda mantêm



Em Rodelas, a "aldeia" que...



... juntamente com a...



... Ilha da Viúva, de onde tiram...



... o sustento, será alagada

o Toré e o Particular ou Oculto, considerados a ciência indígena, âmbito de ação dos encantados, representados pelo pajé e mestras.

## PROBLEMAS SEMELHANTES

Quanto à terra, o problema dos Tuxá é semelhante ao da população rural da área atingida pelas águas. A Ilha da Viúva não é demarcada e ninguém garante que os índios terão um chão para viver quando tiverem de abandonar Rodelas. Noventa por cento dos habitantes da região não possuem título de propriedade da terra onde sempre viveram. Isto contri-

buirá para gerar mais conflitos no processo de indenização e reassentamento. O problema, tanto dos índios quanto dos lavradores, se agrava ainda mais quando se constata que só há verbas para as obras da hidrelétrica. A indenização e o reassentamento estão sendo relegados a segundo plano e, quando são efetuados, não atendem às necessidades da população atingida.

Até agora foram reassentadas somente algumas dezenas de famílias — muitas, provisoriamente — depois de lutar quase dois anos e ter de enfrentar até pelotão de cho-

que da Polícia Militar de Salvador. Sete mil famílias ainda estão à espera de uma decisão, faltando menos de dois anos para vencer o prazo que têm para mudar.

A população da região do submédio São Francisco teme a crise que virá com a transferência das cidades, pois conhece o exemplo dos habitantes de quatro cidades relocadas pela Chesf, em consequência da represa de Sobradinho. Quando a barragem já estava pronta, o Incri não havia concluído o cadastramento da população atingida. Todos tiveram de se mudar às pressas. E muitos, até hoje, não receberam a in-

denização, pois só possuíam documentação antiga de sua terra, que a Chesf não aceitou como título de propriedade. Para evitar que isso ocorra quando Itaparica estiver pronta, os sindicatos de trabalhadores rurais da região vêm tentando negociar acordos com a Chesf, e os trabalhadores estão fazendo manifestações pacíficas. O Incri não está cumprindo seu papel, determinado em convênio assinado com a Chesf, em agosto de 1982. Não está promovendo a regularização fundiária nas áreas a serem inundadas nem o reassentamento da população que ficará desabrigada. Está fazendo desapropriações "por interesse público", e não "por interesse social", o que significará indenização mínima. Neste acordo, os índios são enquadrados como "população rural", pois não há especificidade no tratamento a ser dado durante a relocação. Os critérios adotados são os mesmos. Somente no relatório final do grupo de trabalho, criado para estabelecer critérios para "liberar a área necessária à formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaparica", é que os Tuxá são lembrados. O relatório, que diz existirem somente "440 índios residentes na cidade de Rodelas", lembra a importância da participação da Funai para resolver "problemas específicos do grupo".

Mas a atuação do órgão tutor no local não tem sido a de defender a coesão deste povo, que poderá chegar ao fim com a transferência de sua terra. A relocação acarretará consequências imprevisíveis quanto ao sistema sócio-econômico, político e social. O problema se agrava ainda mais com a divisão do grupo em relação à aceitação das propostas de local do reassentamento. Vale lembrar que as obras da hidrelétrica começaram em 1975, e, passados quase dez anos, a Funai ainda não apresentou uma opção concreta para defender a sobrevivência de seus tutelados Tuxá.

Os problemas dos Tuxá e dos sertanejos da região são semelhantes em tudo — até o descaso dos órgãos públicos para atender a suas justas e urgentes reivindicações. Mas os trabalhadores não estão parados. Dia 29 de janeiro, eles realizaram a 6ª Concentração, em Petrolândia, reunindo representantes de entidades sindicais da região, das Federações da Bahia e do Pernambuco e da Contag. Um dos pontos que decidiram exigir imediatamente a "desapropriação por interesse social de todas as terras da borda do lago de Itaparica (...) e sua declaração como zonas prioritárias de reassentamento da população rural desalojada pela barragem".